

O centenário de Paulo Freire e as lutas em defesa da educação brasileira

“A realidade, porém, não é inexoravelmente esta. Está sendo como poderia ser outra e é para que seja outra que precisamos os progressistas lutar”.

Paulo Freire

Paulo Freire completaria 100 anos no dia 21 de setembro de 2021. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE incorpora ao seu calendário, entre outras atividades alusivas, a *Jornada Latino Americana de Luta em Defesa da Educação Pública, Gratuita, Laica e Emancipadora, Contra a Mercantilização e a Privatização*, convocada pela Internacional da Educação para a América Latina – IEAL e pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente – RED ESTRADO. Esta jornada defende a memória deste ilustre educador, nosso patrono nacional da educação, e faz parte de uma mobilização continental para potencializar o seu legado. Reunirá nos dias 19 e 20 deste mês de setembro, na modalidade virtual, celebrações que darão início a um ano dedicado a este grande mestre brasileiro, que finalizarão com um encontro regional presencial em Recife, em setembro de 2022. Mais do que nunca, é preciso reconhecer o legado freireano para a educação, seu papel na pedagogia popular e nas lutas sociais. Cabe lembrar que a *Retratos da Escola* publicou, no volume 14, número 29, o dossiê *Paulo Freire: educação e emancipação*, como um tributo a este educador. A edição especial contou também com versão impressa.

O pensamento de Paulo Freire foi certamente fundamental para que em 1988 tivéssemos uma Constituição Federal voltada ao direito de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros/as à educação. Hoje, contudo, é preciso evidenciar nossa profunda indignação frente ao esvaziamento que sofre este documento elaborado pela Assembleia Nacional Constituinte, à época eleita pelo povo brasileiro, traumatizado pelo longo período de vigência de uma avassaladora ditadura militar no país (1964-1985). Foi a união de todas as forças democráticas contra a ditadura que garantiu, ainda no processo da formação

de tal Assembleia Constituinte, a possibilidade da construção de uma Lei Maior democrática e participativa, culminando o esforço possível pela redemocratização do país, emblemático em relação ao autoritarismo militar que predominara.

Esse conjunto básico de normas e regras que passou a regular a nação, tornou-se alvo de ataques pela mentalidade neoliberal das forças econômicas encasteladas no poder, exacerbados nos governos que resultaram do Golpe de 2016, cuja prioridade tem sido a retirada dos direitos fundamentais de toda a população, o amesquinamento da CF/88, a sua transformação numa legislação totalmente neoliberal, a serviço da manutenção de um capitalismo decadente, que serve aos magnatas do mundo, muito mais do que aos brasileiros e brasileiras e ao próprio bem estar da humanidade.

Destaca-se, neste sentido, o documento programático “*Uma ponte para o futuro*” (MDB, 2015), importante peça para a realização do Golpe de 2016, no qual encontra-se formalizada a perspectiva neoliberal representada nas eleições de 2014 pela candidatura de Aécio Neves. Após a sua derrota no pleito e consequente reeleição da presidenta Dilma Rousseff, os setores vinculados à proposição do programa desencadearam o conjunto de dificuldades impostas ao governo da presidenta, culminando com a imposição de seu *impeachment*, mesmo sem qualquer comprovação de justificativa legal, claramente para impedir a continuidade dos governos petistas de Lula da Silva e, depois, Dilma Rousseff que, desde o início do atual século, vinham apontando numa direção crítica a vários preceitos do neoliberalismo (MIRANDA, 2020).

Com a ocupação do Governo pelo vice-presidente Temer, como ‘delegado’ da ideologia neoliberal no país, vieram as primeiras mudanças. Uma das ações mais contundentes na desconstrução da CF/88, foi a Emenda nº 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal, estabelecendo um Teto de Gastos Públicos para as despesas primárias, tais como educação e saúde. Com esta Emenda Constitucional, apelidada de ‘PEC do fim do mundo’, impede-se o aumento dos gastos públicos por 20 anos, inviabilizando-se, portanto, entre muitos outros projetos, todas as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Rompeu-se, portanto, com a tendência que vinha se desenvolvendo na direção da consolidação da democracia desde os anos 1980 “com o desfecho do golpe jurídico midiático-parlamentar que provocou a quebra da institucionalidade democrática liquidando o Estado Democrático de Direito” (DOURADO, 2019).

As políticas voltadas à deformação do estado de bem-estar social tiveram continuidade com a Reforma Trabalhista e, agora no governo de Jair Bolsonaro, com a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa, ainda em discussão, contida na PEC-32. O significado desta última é o desmonte completo do serviço público, que além de penalizar grande parte dos/as trabalhadores/as do país, tem um impacto devastador às necessidades públicas. Agenciado pela programação já estabelecida em *Uma ponte para o futuro*, o país passou a assistir ao desmonte nas diversas áreas que o estruturam, tais como a educação, saúde, ciências, sustentabilidade ambiental, de políticas em relação aos povos indígenas, tecnologia e inovação, cultura nacional e seus registros, entre outras.

A educação, particularmente, sofre com o desmonte das políticas que arduamente avançavam. Estamos hoje entre as nações que mais fecham escolas de Educação Básica, particularmente aquelas localizadas no campo. A educação infantil vê o desmonte do estruturante Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escola Pública de Educação Infantil – ProInfância, e a pressão por uma política de *vouchers*. O Ensino Médio defronta-se com a implantação de uma reforma, deflagrada em 2016 pela Medida Provisória nº 746, depois convertida na Lei nº 13.415/2017, amplamente contestada pelos/as educadores/as (LOPES, 2019). Escolas estão sendo militarizadas. O ensino superior é fortemente atacado e desprestigiado por graves medidas de financiamento e de perda de autonomia na sua gestão. A lógica empresarial da agenda global conduz de forma amplamente hegemônica o projeto governamental privatista da educação, apoiada pelo movimento *Todos Pela Educação* e outros *lobbies* de fundações, institutos e entidades. Tal lógica não só trabalha pela privatização da e na educação, como se manifesta nas reformas curriculares em andamento, que partem inicialmente da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica – BNCC de 2017, uma base curricular padronizadora dos conteúdos a nível nacional, informada mais pela agenda global do que pelas efetivas necessidades da população brasileira.

Com a BNCC como carro chefe, pretende-se agora a reorganização do trabalho escolar, por meio da formação docente, que deverá servir àquilo que for favorável à sua implementação. Assim, os cursos de Licenciatura, cujas diretrizes foram discutidas e formuladas com ampla participação dos/as educadores/as no país – ver Resolução CNE/CP nº 2/2015 –, e dos quais muitos se encontram ainda em implantação, resistem à recente resolução aprovada pelo atual CNE – a Resolução CNE/CP nº 2/2019 –, que define novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC-Formação.

Sob a coordenação de entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, e outras do campo educacional, inclusive sindicais, os/as educadores/as entendem que as reformas propostas “impõem uma concepção gerencialista, calcada na meritocracia e na avaliação do desempenho em detrimento do princípio constitucional da gestão democrática reafirmado nas legislações complementares a partir da aprovação da LDB/1996”.

Esperançosamente, estamos resistindo, realizando neste momento, à revelia do Ministério da Educação, a II Conferência Nacional Popular da Educação, sob a coordenação do Fórum Nacional Popular da Educação, sob o lema “Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”.

Na maioria dos Estados brasileiros já está em andamento a etapa estadual desta conferência, cuja finalização ocorrerá em 2022, em Natal, capital do estado do Rio Grande do

Norte. A CNTE, ao lado de outras entidades educacionais do mesmo campo, tem estado na linha de frente desta realização, e em todas as lutas que dizem respeito à defesa da educação pública.

A *Retratos da Escola*, vinculada à CNTE, tem sido um dos braços nesta luta, desde a sua criação. A ela contrapõe-se a recente declaração do atual Ministro da Educação referindo-se ao ensino superior como ‘lugar para poucos’. Tal posição, de uma forma simples e direta, reforça em nós o entendimento de que indivíduos que estudam, mais compreendem o funcionamento da sociedade em que vivem. E isto não interessa aos nossos atuais governantes. Temos clareza que o sistema educacional deve servir para lutar contra a alienação da humanidade, para ajudar a decifrar os enigmas do mundo (SADER, 2005). Temos, certamente, contribuído no sentido da desalienação junto aos nossos leitores e leitoras. Afinal, como dizia José Martí “*Só o conhecimento liberta!*”.

Justamente por isso, que para nós é de imensa júbilo o lançamento de mais esta edição que, fortuitamente, ao abordar a questão da educação de jovens, adultos e idosos, nos permite tanto celebrar o centenário de Paulo Freire quanto reafirmar lutas e compromissos que perfazem e significam a atuação deste periódico científico.

Organizado pelas professoras Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, da Universidade Federal de Santa Catarina; Marinaide Lima de Queiroz Freitas, da Universidade Federal de Alagoas; e Sita Mara Lopes Sant’Anna, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, o dossiê *Educação de Jovens e Adultos: políticas, pesquisa e práticas educativas* reúne, em seus 13 artigos temas que tratam tanto das políticas públicas voltadas à EJA, quanto das práticas docentes e materiais didáticos empregados nesta modalidade de ensino, bem como das pesquisas que têm tomado a EJA como objeto de estudo.

Além do dossiê, esta edição conta também com cinco artigos que compõem a seção Espaço Aberto. Reflexões que abordam diferentes questões, e propõe múltiplas reflexões, tanto sobre a prática e experiência docente, quanto sobre as políticas públicas em educação. Em *Estranhamentos e homossexualidades: professores homens nos anos iniciais e educação infantil*, por exemplo, escrito por Thomaz Spartacus Martins Fonseca e Anderson Ferrari, o objetivo é refletir “que estranhamentos emergem a partir da presença de professores homens nos anos iniciais”? Já em *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na formação inicial de professoras(es) de Pedagogia*, de Alexandre Paulo Loro e Flávia Bezerra de Souza, o que se analisa é como a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são abordadas no currículo escolar da Educação Básica em um grupo de escolas catarinenses.

Silvia Rodrigues Rosa e Carla Salomé Margarida de Souza, por sua vez, discutem em *Desafios e possibilidades na formação de leitores/as: a inclusão de estudantes com necessidades específicas*, a inclusão de estudantes com necessidades específicas, com destacada reflexão acerca da formação de leitores/as. Em *A voz cantada e falada: uma pesquisa-formação com professoras da educação infantil*, Ana Carla Simonetti Rossato Tomazi e Cláudia

Ribeiro Bellochio tem como foco discutir os processos de educação músico-vocal vivenciado por um grupo de professoras da educação infantil, com base nos princípios da pesquisa-formação.

E, encerrando o Espaço Aberto, Diego dos Santos Alves e Beatriz Medeiros de Melo, em *Entre tensões e contradições: a capilaridade do Ensino Médio Integrado na Educação Profissional e Tecnológica*, discutem a capilaridade da oferta do Ensino Médio Integrado no universo da Educação Profissional e Tecnológica, a partir do estudo do caso do Instituto Federal de Alagoas.

É também sobre lutas e resistências o Relato de Experiência desta edição. Escrito por Lohan Galvão de Oliveira, Joel Almeida Neto e Edmar Reis Thiengo, *Gênero, sexualidade e currículo oculto em disputa: reflexões sobre a denúncia sofrida pelo NGS do Ifes- Vitória* discute e busca compreender as motivações e o conteúdo da denúncia sofrida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Diversidade Sexual, em função do conteúdo do curso 'Cidadania, Gênero e Raça na Sociedade Contemporânea', ofertado pelo Núcleo, no Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, câmpus Vitória.

Fechando esta edição, compartilhamos por meio da seção Documentos a nota veiculada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação que reflete acerca de como a educação brasileira agoniza em meio a tanto descaso e inépcia.

Finalizamos este editorial agradecendo aos autores e autoras que nos brindam com suas reflexões e pesquisas em mais este número da revista. Agradecemos também a todos e todas que, de alguma forma, se envolveram na produção desta edição. Por fim, desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Referências

DOURADO, Luiz Fernandes. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

LOPES, Alice C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./abr. 2019.

MIRANDA, Marília Gouvêa de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 1-15, já./abr. 2020.

MDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília. Fundação Ulysses Guimarães: Brasília, 2015.

SADER, Emir. Prefácio. In: MESZAROS, István. *A Educação para além do capital*. Boitempo: São Paulo, 2005. p.15-18.